

se procede à colocação dos oito oficiais de ligação de imigração nele previstos, que passará a ser a seguinte:

Angola — um;
Guiné-Bissau/Senegal — um;
Brasil — um;
Ucrânia — um;
Roménia/Moldávia — um;
Espanha/Marrocos — um;
Cabo Verde/São Tomé e Príncipe — um;
Rússia — um.

15 de Fevereiro de 2005. — O Ministro das Finanças e da Administração Pública, *António José de Castro Bagão Félix*. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas, *António Victor Martins Monteiro*. — O Ministro da Administração Interna, *Daniel Viegas Sanches*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Departamento Geral de Administração

Despacho (extracto) n.º 4691/2005 (2.ª série). — Por despacho conjunto do Primeiro-Ministro e do Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas de 31 de Janeiro de 2005:

Vera Maria Fernandes, ministra plenipotenciária de 2.ª classe do quadro 1 do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal diplomático — nomeada chefe de missão no escritório da representação de Portugal em Ramallah. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Fevereiro de 2005. — O Director, *Renato Pinho Marques*.

MINISTÉRIOS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA CIÊNCIA, INOVAÇÃO E ENSINO SUPERIOR

Despacho conjunto n.º 190/2005. — Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 89.º e nos artigos 90.º e 92.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, é concedida ao Prof. Doutor João Paulo Libório Pereira, professor auxiliar do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, licença sem vencimento para o exercício de funções em organismo internacional, na Comissão Europeia (DG ESTAT), no Luxemburgo, com efeitos reportados a 16 de Fevereiro de 2005.

3 de Fevereiro de 2005. — Pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas, *Henrique José Praia da Rocha de Freitas*, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação. — A Ministra da Ciência, Inovação e Ensino Superior, *Maria da Graça Martins da Silva Carvalho*.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública

Departamento de Recursos Humanos

Despacho (extracto) n.º 4692/2005 (2.ª série). — Por despacho de 14 de Fevereiro de 2005 da directora nacional-adjunta para a área de recursos humanos:

José Rodrigues Serra Ramalho, agente principal M/137915, da Direcção Nacional da PSP — nomeado definitivamente, precedendo reclassificação profissional, nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, na categoria de técnico superior de 2.ª classe, escalão 1, índice 400, em lugar a aditar ao quadro de pessoal.

16 de Fevereiro de 2005. — O Director, *João Carlos de Jesus Filipe Ribeiro*, subintendente.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Aviso n.º 2211/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado da Administração Interna de 21 de Janeiro de 2005:

Jorge Mbevo, natural de Uige, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascido em 16 de Setembro de 1965 — concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

11 de Fevereiro de 2005. — O Director-Geral-Adjunto, *Nuno Soares de Oliveira*.

Aviso n.º 2212/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado da Administração Interna de 21 de Janeiro de 2005:

Manojkumar Ranniklal Shukla, natural de Surendranagar, República da Índia, de nacionalidade indiana, nascido em 9 de Dezembro de 1952 — concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

11 de Fevereiro de 2005. — O Director-Geral-Adjunto, *Nuno Soares de Oliveira*.

Aviso n.º 2213/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado da Administração Interna de 21 de Janeiro de 2005:

Delfina Maria Soares da Silva, natural de Nossa Senhora do Rosário, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 24 de Janeiro de 1958 — concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

11 de Fevereiro de 2005. — O Director-Geral-Adjunto, *Nuno Soares de Oliveira*.

Aviso n.º 2214/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado da Administração Interna de 21 de Janeiro de 2005:

Sandra Maria de Sousa Aragão, natural de São Tomé, República Democrática de São Tomé e Príncipe, de nacionalidade santomense, nascida em 12 de Fevereiro de 1969 — concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

11 de Fevereiro de 2005. — O Director-Geral-Adjunto, *Nuno Soares de Oliveira*.

Aviso n.º 2215/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado da Administração Interna de 21 de Janeiro de 2005:

Maria Luiza Silva Guilherme Grosso, natural de Ceará, República Federativa do Brasil, de nacionalidade brasileira, nascida em 24 de Março de 1959 — concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

11 de Fevereiro de 2005. — O Director-Geral-Adjunto, *Nuno Soares de Oliveira*.

Aviso n.º 2216/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado da Administração Interna de 21 de Janeiro de 2005:

Estevão Mendes Lopes, natural de Santo Amaro, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 4 de Novembro de 1958 — concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82,

de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

11 de Fevereiro de 2005. — O Director-Geral-Adjunto, *Nuno Soares de Oliveira*.

Aviso n.º 2217/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado da Administração Interna de 21 de Janeiro de 2005:

Priscila Nunes de Sousa Cruz, natural de São Paulo, República Federativa do Brasil, de nacionalidade brasileira, nascida em 21 de Março de 1966 — concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

11 de Fevereiro de 2005. — O Director-Geral-Adjunto, *Nuno Soares de Oliveira*.

Aviso n.º 2218/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado da Administração Interna de 21 de Janeiro de 2005:

Luana Joana Avanzado Romero, natural de Lisboa, Portugal, de nacionalidade filipina, nascida em 12 de Fevereiro de 1982 — concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

11 de Fevereiro de 2005. — O Director-Geral-Adjunto, *Nuno Soares de Oliveira*.

Aviso n.º 2219/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado da Administração Interna de 21 de Janeiro de 2005:

Henrique Germano Kiage Cordeiro, natural de Luanda, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascido em 29 de Outubro de 1973 — concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

11 de Fevereiro de 2005. — O Director-Geral-Adjunto, *Nuno Soares de Oliveira*.

Aviso n.º 2220/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado da Administração Interna de 21 de Janeiro de 2005:

Ermelinda da Silva Gonçalves, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascida em 29 de Outubro de 1960 — concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

11 de Fevereiro de 2005. — O Director-Geral-Adjunto, *Nuno Soares de Oliveira*.

Aviso n.º 2221/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado da Administração Interna de 21 de Janeiro de 2005:

José Luis Villanueva, natural de Buenos Aires, República da Argentina, de nacionalidade argentina, nascido em 17 de Setembro de 1946 — concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

11 de Fevereiro de 2005. — O Director-Geral-Adjunto, *Nuno Soares de Oliveira*.

Aviso n.º 2222/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado da Administração Interna de 21 de Janeiro de 2005:

Rosa Borges da Cunha de Azevedo, natural de Luanda, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascida em 8 de Dezembro de 1939 — concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82,

de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

11 de Fevereiro de 2005. — O Director-Geral-Adjunto, *Nuno Soares de Oliveira*.

Aviso n.º 2223/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado da Administração Interna de 21 de Janeiro de 2005:

Fernando C6, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 20 de Agosto de 1962 — concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

11 de Fevereiro de 2005. — O Director-Geral-Adjunto, *Nuno Soares de Oliveira*.

Aviso n.º 2224/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado da Administração Interna de 21 de Janeiro de 2005:

Roberto do Rosário Monteiro, natural de Nossa Senhora do Rosário, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 13 de Março de 1966 — concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

11 de Fevereiro de 2005. — O Director-Geral-Adjunto, *Nuno Soares de Oliveira*.

Aviso n.º 2225/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado da Administração Interna de 21 de Janeiro de 2005:

Miguel Francisco Sebastião, natural de Luanda, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascido em 10 de Junho de 1968 — concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

11 de Fevereiro de 2005. — O Director-Geral-Adjunto, *Nuno Soares de Oliveira*.

Aviso n.º 2226/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado da Administração Interna de 21 de Janeiro de 2005:

Rui Almeida, natural de Cacheu, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 15 de Julho de 1967 — concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

11 de Fevereiro de 2005. — O Director-Geral-Adjunto, *Nuno Soares de Oliveira*.

Aviso n.º 2227/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado da Administração Interna de 26 de Janeiro de 2005:

Cepriano Pedro Crinacoba, natural de Cacheu, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 15 de Janeiro de 1968 — concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

12 de Fevereiro de 2005. — O Director-Geral-Adjunto, *Nuno Soares de Oliveira*.

Aviso n.º 2228/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado da Administração Interna de 26 de Janeiro de 2005:

Domingos da Costa, natural de Cacheu, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 5 de Maio de 1963 — concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto,